

12.ª COMISSÃO DE CULTURA, COMUNICAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO

AUDIÇÃO 65-CCCJD-XV

3 de janeiro 2024

(09:00-10:15)

Ordem do dia: Audição, a requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, das direções demissionárias do *Jornal de Notícias*, da TSF, de *O Jogo* e de *Dinheiro Vivo*, sobre o despedimento coletivo no Global Media Group (GMG).

Entidades Ouvidas:

Direção demissionária do *Jornal de Notícias*

Inês Cardoso

Direção demissionária da TSF

Rosália Amorim

Direção demissionária de *O Jogo*

Vitor Santos

Direção demissionária de *Dinheiro Vivo*

Bruno Mateus

A Sr.^a **Presidente**: (Rosário Gambôa): — Bom dia a todos.

Vamos dar início à nossa reunião.

Eram 9 horas.

Espero que tenham tido boas entradas e queria desejar a todos, às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados e aos nossos convidados de hoje, um excelente ano de 2024 — acho que todos vamos precisar muito de um excelente ano.

Nesta primeira parte da nossa reunião, de acordo com a ordem do dia, a requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, vamos ter aqui uma audição com as direções demissionárias do *Jornal de Notícias*, da TSF, de *O Jogo*, do *Dinheiro Vivo*, sobre o despedimento coletivo no Global Media.

Gostava de dar as boas-vindas à Inês Cardoso, do *JN*, ao Vítor Santos, de *O Jogo*, à Rosália Amorim, da TSF, e ao Bruno Mateus, do *Dinheiro Vivo*.

Temos uma grelha de tempos que utilizamos neste tipo de audições, onde o grupo parlamentar requerente, neste caso o Partido Comunista Português, disporá de 5 minutos iniciais para fazer a apresentação do seu requerimento e, seguidamente, cada entidade visitante, cada um de vocês, como tal, terá direito a 5 minutos para fazer também a apresentação do seu ponto de vista relativamente às questões levantadas pelo Partido Comunista Português.

Seguidamente entraremos num outro momento em que terão os restantes grupos parlamentares direito a 5 minutos para intervir, após o que cada um de vocês também terá 5 minutos para responder. Depois disso, veremos se justifica ou não uma segunda ronda.

Assim, de acordo com aquilo que foi anunciado, daria a palavra à Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, para fazer a apresentação do seu requerimento.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente em exercício, queria cumprimentar todos que aceitaram, e ainda bem, estar aqui hoje para podermos também aprofundar as questões relativamente à situação dos trabalhadores e à situação no Grupo Global Media.

Foi com muita preocupação que tomámos conhecimento da intenção do despedimento de 200 trabalhadores do Grupo, que tem vindo numa linha de redução do número de trabalhadores. De acordo com informações que já tivemos aqui das audições que realizámos, o Grupo já chegou a ter cerca de 1000 trabalhadores, hoje conta com pouco mais de 500 e tem a intenção de despedir mais de 200 trabalhadores.

Há um conjunto de elementos que também vemos com grande preocupação que se prende com a entrada de um fundo do qual pouco ou nada se conhece e é nessa sequência que vem esta intenção de despedimento. Bem sabemos que da Comissão Executiva do Grupo Global Media (GMG), já havia um conjunto de aspetos que também eram geradores de preocupação.

Têm vindo vários aspetos a público, mas há elementos que são, de facto, contraditórios, porque aquilo que era anunciado era um investimento, um crescimento do Grupo, mas então como é que isso é compatível com o querer reduzir ainda mais as redações dos diversos órgãos de comunicação social que são detidos pelo Grupo. E também é contraditório o facto de se pretender abrir ou iniciar, vá, agora em 2024, um novo título, pelo menos daquilo que veio a público.

Gostaríamos de vos questionar, para que pudessem partilhar connosco, sobre o seguinte: o facto de haver um conjunto de direcções, e estamos a falar aqui de quatro, do *JN*, da TSF, de *O Jogo*, do Dinheiro Vivo, se terem demitido também é um sinal de grande preocupação e que revela que há um conjunto de aspetos com os quais essas direcções não estão de acordo e com os quais não quiseram pactuar.

Mas essa é exatamente a primeira questão que gostaria de vos colocar, para que, de uma forma mais pormenorizada, fizessem referência às motivações e à preocupação por parte das direcções destes diversos órgãos de comunicação social.

Sabemos que a intenção de demitir cerca de 200 trabalhadores que têm impacto negativo nos respetivos órgãos de comunicação social — falamos no caso da TSF, n’*O Jogo*, mas poderíamos falar de diversos outros.

Esses despedimentos têm impactos extremamente negativos e podem inclusivamente colocar em causa a continuidade desses mesmos órgãos de comunicação social, mas pedia que referissem quais é que são os impactos no concreto do despedimento destes 200 trabalhadores.

Gostaríamos também de perceber qual é, neste momento, o número exato de trabalhadores do quadro de cada um dos órgãos de comunicação social e de quantos é que necessitariam para poderem, de certa forma, trabalhar com a qualidade, com o rigor, com a independência, a pluralidade que se exigem e para melhorar inclusivamente a informação aos cidadãos. O mesmo que também colocamos relativamente aos correspondentes locais.

Tivemos conhecimento que, em particular em relação ao *JN*, foram dadas orientações para pôr fim às prestações de serviço. Isso tem impactos também num conjunto de correspondentes do *JN*. Gostaríamos também que pudessem fazer referência sobre o impacto desta situação.

Gostaria ainda de colocar mais três conjuntos de questões. Uma primeira é: qual é a informação e o que é que conhecem relativamente a este fundo, quer no que diz respeito a aspetos de propriedade? Que informações é que têm sobre a estratégia do próprio Grupo Global Média, em relação a cada um dos órgãos de comunicação social? Que informações é que têm relativamente à situação financeira do Grupo?

Estes são aspetos que também têm vindo a público com questões contraditórias. Para haver a aquisição de participações por parte do fundo, naturalmente esse fundo haveria de conhecer a situação financeira do Grupo para a concretização dessas aquisições, mas agora, pelo menos pelas informações que são públicas, referem-se prejuízos e situações dessa natureza. Gostaríamos de perceber também que informações é que dispõem, que conhecimento é que têm relativamente a esta matéria.

Para terminar, telegraficamente, deixo uma última questão, que depois posso aprofundar, que se prende com o património do Grupo. Há preocupações relativamente aos arquivos de diversos órgãos de comunicação social, o espólio de bens, de ativos, de obras de arte e de onde é que se encontram todos. Pergunto se têm estes elementos, se têm conhecimento de onde se encontram.

Já aqui tínhamos recebido, há cerca de um ano, o Conselho de Redação do *JN*, a propósito das preocupações relativamente ao próprio edifício do *JN* e à intenção de alienação das instalações. Queria também, de certa forma, deixar uma pergunta genérica relativamente ao património do Grupo e ao que se conhece. Muito obrigada.

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — Vamos então começar as respostas. Dizem-me que começa a Inês Cardoso, pelo que lhe dou a palavra. Relembro que cada um dispõe de 5 minutos.

A Sr.^a **Inês Cardoso** (Direção demissionária do *Jornal de Notícias*): — Bom dia a todos, antes de mais deixo os votos de um Bom Ano.

Vou tentar aproveitar bem o tempo, porque 5 minutos, de facto, passam a correr. Quero dizer que é algo desconfortável, para um jornalista que está habituado a estar sentado no outro lado, estar aqui a responder a perguntas, mas não podia deixar de o fazer, antes de mais, pelo respeito que tenho pela Assembleia da República e pelos leitores que, a todo o momento, têm contactado a direção e a redação do *JN* e demonstrado que estão muito atentos e que precisam de esclarecimentos sobre a situação.

Portanto, apesar de ter uma posição que é habitualmente de grande discrição, que é a maneira como gosto de estar na vida, não podia deixar de falar também porque há ainda uma terceira razão: o que se passa neste momento no GMG, e particularmente no *JN*, é tão marcante e tão inédito no panorama da comunicação social, que tenho certeza que daqui a uns anos haverá vários estudos, livros e reflexões acerca do que se está a passar.

E não digo isto de ânimo leve, porque sei que já desapareceram vários jornais nas últimas décadas. Só no Porto, aliás, foram dois, e não é propriamente novo que possa haver títulos ameaçados de extinção, embora se possa considerar a palavra exagerada.

Mas o que é particularmente diferente, no caso em concreto do *JN*, e eu sou diretora do *JN*, portanto, naturalmente que é sobre ele que me foco, é que estamos a falar de um jornal que é líder no digital. Por exemplo, em novembro fomos o jornal líder no digital com vendas expressivas sobre as quais

poderemos falar mais detalhadamente. É um jornal com uma expressão e uma identidade que é também única, porque somos, como sabemos, o único nacional feito a partir do Porto, mas também com características de um jornal híbrido, que não é nem de referência nem popular.

Portanto, o *JN* é um jornal com uma identidade absolutamente única e com algo que é particularmente relevante quando estamos a falar do cenário financeiro do Grupo e da questão que é transversal a toda a comunicação social, a do financiamento. É que o *Jornal de Notícias* tem resultados positivos, consistentes ao longo dos anos.

Posso dizer, e depois se pudermos aprofundar falaremos mais disso, que até ao final de outubro — que são dados mais atualizados de que disponho; era habitual já ter nesta altura dados pelo menos de novembro, mas tem havido algumas dificuldades e atrasos nesta consolidação — o resultado do *JN* era um EBITDA (*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) positivo de 1,97 milhões de euros. Estamos a falar de quase 2 milhões de euros.

Não sei como vamos fechar o ano, porque, efetivamente, estes dois meses foram bastante atípicos, mas se houver algum destes meses negativos será a primeira vez que acontece desde que conheço a história do *JN*.

Estamos a falar de um resultado de um jornal com total solidez operacional e financeira e, portanto, parece-me particularmente inédita a situação de o *JN* se ver confrontado com um conjunto de medidas que, na prática, representam a sua destruição enquanto o jornal que atualmente é.

Não digo que o jornal esteja à beira de ser fechado — pode até acontecer com o Grupo, mas isso já será outra questão —, mas as medidas, tal como estão anunciadas, representam a morte do *JN* com a identidade e com aquilo que é atualmente.

O tempo, de facto, passa rápido, por isso vou tentar ir a algumas das questões que foram apontadas. O número de trabalhadores no quadro do *JN* são atualmente 90. Sei que 90, comparando-se com alguns dos colegas que estão no Grupo, pode parecer uma redação sólida, e felizmente é, mas, como digo, é uma redação dimensionada para as características de um jornal com todos os resultados que tem e com as características de proximidade que um jornal assim exige.

Por outro lado, por exemplo, temos uma equipa de vídeo que tem nove pessoas. Mais nenhum título no Grupo tem essa capacidade de ter vídeo. Isso deve ser uma mais-valia e não um motivo para achar que somos muitos. Quando olho para vários jornais diários, no País, consigo comparar-me com vários que têm muito mais recursos do que aqueles que nós temos atualmente.

Em relação aos correspondentes, este é, de facto, um tema recente e que é muito importante abordar. Trouxe um mapa porque me parece que é a melhor forma de vermos o que é que está em causa. Se houver um corte absoluto e total de todas as prestações de serviços no *Jornal de Notícias*, não estamos só a falar de jornalistas, estaremos também a falar de opinião ou de passatempos e palavras cruzadas de uma série de serviços, mas claro que o mais importante, do ponto de vista editorial, é a nossa rede de correspondentes.

Todos os nossos correspondentes são prestação de serviços, porque ao longo dos anos foram fechando as nossas delegações pelo País. No passado, quando entrei no *Jornal de Notícias* pela primeira vez, em 1998, tínhamos redações em Leiria, em Viana, em Braga, em Vila Real, numa série de locais que foram sendo encerradas. Atualmente a última que tínhamos era Aveiro e fechou em julho passado.

Portanto, e podem ver aqui, o mapa tem estas bolinhas que mostram a nossa cobertura, aqui ao lado cada cor corresponde o número de correspondentes que temos nesses distritos. Naturalmente que a malha maior está no norte do País, como é natural, é a nossa área de eleição, mas, à exceção do distrito de Setúbal, que tem aqui uma manchinha, todos os nossos distritos atualmente têm correspondentes que são prestadores de serviços, para usar a linguagem de gestão.

Por conseguinte, terminar significa acabar pura e simplesmente, apagar todos estes distritos do mapa e ficarmos com Lisboa e uns pozinhos..., peço desculpa, ficarmos com Porto — ao contrário! — e um pozinho em Lisboa. Significa que um jornal que é caracterizado pela proximidade perde por completo a sua malha territorial. E sabemos muito bem que um país onde não há jornalistas é um país que é cada vez mais esquecido e apagado do palco mediático. Portanto, para mim este tema das colaborações...

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — Pedia-lhe que terminasse, porque à medida que os Srs. Deputados depois vão questionando, vai ter sempre a oportunidade de voltar.

A Sr.^a **Inês Cardoso**: — Peço desculpa, nem vi que que estava ali o tempo. Tenho de controlar melhor.

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — Vou pedir que os serviços terminem a contagem do tempo, e vamos continuar.

A Sr.^a **Inês Cardoso**: — Peço desculpa pela minha falta de controlo do tempo.

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — Só iria sugerir, caso entenda, que seria bastante pertinente, para a Assembleia da República, para todos os grupos parlamentares, deixar-nos uma cópia deste mapa tão relevante e significativo ou mandá-la em formato digital para que pudesse ser distribuída.

A Sr.^a **Inês Cardoso**: — Fá-la-ei chegar por meio digital.

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — Então agora, vou dar a palavra à Sr.^a Rosália Amorim, da TSF.

A Sr.^a **Rosália Amorim** (Direção demissionária da TSF): — Bom dia a todos, Sr.^a Presidente em exercício, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

É também com sentido cívico que respondo ao apelo da Assembleia da República para vir cá testemunhar, com respeito por esta instituição, que o merece e que sempre respeitei, e, ao mesmo tempo, é com grande tristeza que aqui venho nesta condição. Como dizia a Inês, estamos mais habituados a fazer perguntas do que a ver responder a perguntas.

É com tristeza que aqui estou, porque realmente o estado do Grupo Global Media, neste momento, é preocupante. Estão em causa até 200 postos de trabalho e está em causa também aquilo que é o jornalismo tal como o conhecemos e a liberdade como pilar da democracia — e esta é a Casa da democracia! Portanto, essa tristeza marca, para mim, esta vinda, porque não é pelas melhores razões que aqui estamos todos nós diretores demissionários.

Nesta apresentação inicial, irei apresentar alguns factos, tentando também aproveitar o tempo o melhor possível, que, no fundo vão respondendo a várias questões da Sr.^a Deputada Paula Santos, e sobre as questões editoriais que me competem, depois, também tentarei responder ao longo da sessão.

Ora, para mim, a situação talvez seja aqui um pouco diferente da dos meus colegas, porque tomei posse no dia 2 de outubro, portanto, há muito pouco tempo. Fez três meses ontem, apenas, que tomei posse na TSF como Diretora de Informação e durante o primeiro mês de outubro as reuniões foram decorrendo e todo o plano de investimentos, que foi anunciado publicamente e que está na comunicação social, foi sendo debatido tal como previsto.

Portanto, não é segredo para ninguém, foi público que iriam ser feitos investimentos na Global, investimentos na TSF, sendo que estavam previstas 10 contratações para a Rádio Notícias, rádio essa que trabalha 365 dias por ano, 24 horas por dia. Já tinha muito pouca gente quando cheguei, precisávamos até de reforços e, à questão de quantos é que precisariam para continuar, nós, na verdade, precisávamos mesmo dos tais 10 que iam entrar para somar aos 70 que já lá estão e que são poucos para fazer 365 dias, 24 horas por dia.

Estranhamente, a 14 de novembro, apenas seis semanas depois da minha tomada de posse, houve uma inversão da estratégia, porque quer eu, quer o Diretor-geral Rui Gomes fomos chamados a uma reunião em Cascais para nos ser comunicado um cenário de cortes. Esse cenário seria um corte drástico na TSF, mas nunca nos foi dito exatamente o número claro e exato de pessoas a dispensar.

Portanto, apenas seis semanas depois há uma mudança total de estratégia. E quer eu, quer o Diretor-geral da TSF, mostrámos o nosso desconforto nessa reunião, dissemos que era impossível fazer esses cortes e que não ficaríamos confortáveis com tal. Saímos da reunião, inclusive, antes dela terminar, tal foi o nosso desconforto. Isto a 14 de novembro.

Foi dito por mim à Administração que a rádio não funcionaria com uma pessoa a menos, sequer. Nessa altura, meados de novembro também, ali

próximo do dia 14, começaram a vir cartas da Administração para rescindir com pessoas que tinham contratos a termo, contratos esses de pessoas que estavam há três anos na rádio e queriam passar para o quadro. Lutei dia e noite para que essas pessoas ficassem e consegui que ficassem três, a partir da terceira foi-me dito que não poderiam ficar mais e que a empresa não tinha condições para as manter e passar ao quadro e, portanto, começaram a surgir mais cartas de saída dessas pessoas.

Ora, tudo isto, a meu ver, compromete o projeto ao qual me propus, eu e a minha direção, o meu adjunto e o diretor-geral, de investimento e de contratações. Foi perguntado também como é que ficaria este plano de investimentos, esta aposta multicanal, estas contratações, e a resposta foi sempre que teríamos de aplicar cortes e que esse era o único caminho.

Aliás, é público que esse era o único caminho, senão haveria uma insolvência — isso foi dito nas notícias. E, a 14 de novembro, a Administração argumentou sempre com questões financeiras e com dificuldades nesse campo.

Uma semana depois, o CEO (*chief executive officer*) pede uma lista de despedimentos na TSF, que me recusei fazer e fui transmiti-lo de viva-voz à sala do Conselho de Administração, dizendo que não faria o despedimento das 30 ou 40 ou 50 pessoas, ninguém sabia ainda muito bem. Depois, a mesma reestruturação foi transmitida à nossa Comissão de Trabalhadores.

Como sabem, que também aqui estive, ela foi transmitida sem um número fixo. Houve depois um plenário, a Comissão de Trabalhadores também foi surpreendida por tudo o que aconteceu e pelo anúncio que surge depois dos investimentos anunciados.

Ora, um mês e meio depois começa também aqui alguma pressão da parte da Administração relativamente às folgas, a questionar se eram

verdadeiras, se deveriam ou não ser pagas. Relativamente ao trabalho extraordinário também questionaram sobre a sua veracidade e o seu valor. Portanto entrou-se aqui num clima de alguma tensão.

A 20 de novembro, houve uma sessão de esclarecimentos entre os trabalhadores e os recursos humanos sobre estes temas, precisamente, as folgas, os trabalhos extraordinários, tentando que tudo seguisse o seu caminho normal, ético e transparente. E, depois, a 29 de novembro, numa conferência organizada pelo Grupo, há até um administrador que reconhece os tempos difíceis vividos — portanto vai a palco e faz o seu discurso! —, elogia inclusive a equipa da Global Media e, depois, esse mesmo administrador viria a demitir-se da Administração a 22 de dezembro em desalinhamento com a restante Administração. Portanto, na própria Administração terá havido aqui desencontros.

Vou ter de sintetizar mais para terminar.

Estes desencontros e todo este primeiro enquadramento que aqui vos trago — e eu trabalho com factos, sou jornalista —, estes são factos que julgo ser importante trazer, levaram à demissão da direção da TSF no dia 12 de dezembro, precisamente porque, com todo este enquadramento, deixaram de estar reunidas as condições para efetuar o projeto a que nos propusemos de investimento e de contratações, e isso foi transmitido à Administração.

Dois dias depois, os meus colegas quase todos também se demitiram e hoje creio que somos 11 os diretores demissionários na Global Media. Espero ter respondido algumas das perguntas que foram surgindo da Sr.^a Deputada Paula Santos e depois, com tempo, também responderei aos restantes. Obrigada.

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — Dou agora a palavra ao Vítor Santos, de *O Jogo*.

O Sr. **Vítor Santos** (Direção demissionária de *O Jogo*): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado pelo convite. Bom dia a todos e também à comunicação social

Estou aqui convictamente porque acho que esta é a Casa da democracia e, portanto, não podemos nunca recusar esclarecimentos quando eles são solicitados, independentemente da nossa condição.

Sou diretor demissionário do jornal *O Jogo*. É evidente que, como acabaram de dizer os meus colegas diretores, não estou aqui propriamente numa condição de alegria, este é um momento muito difícil.

Até porque me revejo em muito do que aqui foi dito pela Inês Cardoso e pela minha colega diretora demissionária da TSF também, vou tentar ser um bocadinho mais prático, dando aquilo que me parece ser a realidade de *O Jogo*, para percebermos do que estamos aqui a falar e que razões tiveram presentes na nossa demissão, minha e do Jorge Maia, o nosso diretor-adjunto.

O jornal *O Jogo* é um jornal com uma implantação forte, sobretudo na nossa área de intervenção, nós estamos no País todo, é um jornal nacional. É o único jornal desportivo feito a partir do Porto, mas é um jornal nacional com uma presença muito forte, do Minho ao Algarve, onde temos também muita gente que nos lê.

Paralelamente, noutra dimensão, também é um jornal com resultados extraordinários, diria, em função dos recursos que temos no digital. Estamos a passar também por um processo de mudança que acreditamos, com confiança, nos vai levar aos níveis que já atingimos. Fomos líderes durante

boa parte do ano que terminou no digital e isso enche-nos de orgulho em função das equipas que temos.

Para percebermos, o jornal *O Jogo* tem menos de 50 pessoas nos seus quadros. Faz todos os dias, para além do seu trabalho no digital, coloca todos os dias um jornal em banca, com muito carinho, com muito orgulho, com 40 ou 32 páginas. Depois tem os seus colaboradores, procurando também, respondendo à questão colocada pela Deputada Paula Santos.

Mas é feito com muito esforço, repito, com muito esforço e sem lamento. Os trabalhadores do jornal *O Jogo* trabalham muito, qualquer baixa é um problema. E destes 48 trabalhadores, que é o número exato, alguns também estão de baixa, também ficam doentes. São menos de 50 as pessoas que fazem o nosso jornal.

A partir do momento em que perdemos uma trabalhadora nossa, nomeadamente, de que não vou dizer o nome, que tinha sido dada pela nossa direção para ir para lá trabalhar com um salário baixo — nós temos salários baixos! —, é evidente que nós não podemos pactuar, a direção de *O Jogo* não pode pactuar com este tipo de situações, por mais razões que lhes estejam subjacentes.

É impossível pedir mais esforço a pessoas que trabalham todos os dias mais de 10 horas. Percebo, e até já fui confrontado com isso, que o trabalho de jornalista às vezes exige, de facto, superarmos todas as nossas horas admissíveis, mas esses são os dias bons, são as exceções.

Passei muitas noites, não quero aqui fulanizar, passamos muitas noites no aeroporto à espera de alguém que chegue porque vem com uma taça na mão. Mas essas horas nós guardámos com carinho, é o nosso património, o nosso património profissional.

O que nós não podemos admitir, e eu não posso pactuar com isso, é nós a redação de *O Jogo* está a trabalhar, por sistema, 10 horas por dia e ficarmos confortáveis perante a realidade de perder um ou mais jornalistas. Começámos aqui por falar da questão do despedimento coletivo, o que acontece é que nós estamos aqui, neste momento, num processo que pode não conduzir ao despedimento coletivo, mas, na verdade, as pessoas estão a ser convidadas a rescindir amigavelmente. Sei, porque há trabalhadores do jornal *O Jogo* que estão numa situação tão difícil que fizeram o favor de me dizer. Ora eu e a minha direção não nos sentimos em condições de pedir mais a quem já dá tanto e com salários — não vamos estar aqui também a desvalorizar a nossa profissão, não é isso que eu quero —, de facto, muito baixos.

Imediatamente percebemos que os problemas se agudizam. Nesta altura, a redação de *O Jogo* e as outras redações e todos os trabalhadores do Global Media Group se debatem com o problema de salários em atraso. Será o subsídio de Natal e um salário, na prática, para quem ganha o que ganham os nossos trabalhadores são dois salários, porque as pessoas já canalizam as suas despesas para os meses em que há maior liquidez. O próprio calendário «tributivo», por assim dizer, nos indica para pagar o IMI (imposto municipal sobre imóveis) em dezembro e as pessoas têm os seus seguros que canalizam para lá. Não é possível ter poupanças para fazer face a uma coisa desta.

Claro que houve outros problemas, outros problemas funcionais até, para além dos problemas de recursos humanos. Nós também temos os nossos colaboradores, na opinião, que são muito importantes, muito relevantes para o jornal, que é um jornal sustentável.

Estou a terminar, mas peço só mais 1 minuto, nós, a redação do jornal *O Jogo*, que eu lidero juntamente com o Jorge Maia, preocupamo-nos muito com a sustentabilidade do título — muito. Temos sempre projetos.

Preocupamo-nos mesmo muito e estamos sempre muito empenhados em fazer coisas novas, em apresentar projetos naturalmente com os departamentos que estão mais afinados para isso, como o departamento comercial, sempre em estreita colaboração e não regateando esforços.

Perante isto, é impossível aceitar que podemos ser ainda menos, porque já somos poucos e estamos a trabalhar bem acima das nossas forças. Não conseguimos exigir mais.

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — Temos todo o interesse em ouvir-vos e, a mim, pessoalmente, neste exercício em que hoje estou, custa-me muito cortar-vos a palavra. Julgo que também custa aos Srs. Deputados.

Terão ainda oportunidade de voltar a falar, mas temos um horário a cumprir, e temos de ter algum cuidado. Por isso, neste momento, darei a palavra ao Bruno Mateus, do *Dinheiro Vivo*, que também dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Bruno Mateus** (Direção demissionária do *Dinheiro Vivo*): — Bom dia a todos.

Agradeço este convite, que não podíamos deixar de o aceitar, para estar na Casa da democracia, quando falamos precisamente de democracia, quando falamos de jornalismo. O exercício da democracia passa pelo jornalismo.

Se nos lembrarmos que estamos hoje aqui, praticamente 50 anos depois do 25 de Abril, esta é a nossa motivação também, é continuar a defender aquilo que é um jornalismo livre, independente e o nosso trabalho.

Comprei o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias* de hoje, *O Jogo* não consegui encontrar nesta banca aqui à frente da Assembleia da República. Isto para dizer que os jornais, apesar dos jornalistas, de nós não sermos pagos, os jornais continuam a ir para a banca. Eles estão a ir para a banca mesmo as

peças não sendo pagas. E está aqui o produto do nosso trabalho e é por respeito também a todas estas pessoas, a todos nós, que aceitei este convite para aqui estar.

O *Dinheiro Vivo* é uma publicação particular porque escreve a economia diária do *Diário de Notícias*, do *Jornal de Notícias*. Por exemplo, uma das notícias de hoje de economia que está na capa do *Diário de Notícias* é escrita pelo *Dinheiro Vivo*.

Além de escrevermos diariamente sobre economia para os jornais, aquilo que fazemos é também um suplemento económico, que sai ao sábado, e alimentamos um *site* informativo, noticioso, com um cariz e com um ADN (ácido desoxirribonucleico) muito próprio. Há 12 anos começámos a dar atenção ao empreendedorismo, que hoje se revelou ser uma aposta muito forte e que constitui também grande parte do tecido empresarial e da prosperidade económica do País.

Apostámos sempre num trabalho sério, responsável, digno. Acontece que chegámos a uma situação em que temos 11 — apenas 11! — jornalistas na redação. Pela primeira vez, e expus isto à nossa Administração, ficámos sem edição, sem coordenação de *site*, o que significa que os nossos coordenadores, a quem lhes tinha sido prometido que seria pago um subsídio para assumirem as suas funções, o que, infelizmente não aconteceu, porque cortaram todo o investimento que viesse a ser feito, esses jornalistas, naturalmente, tiveram de abandonar uma função para a qual não estavam a ser pagos e retomaram as suas áreas de cobertura.

Em outubro, atendendo à mensagem que a Administração passou de que iria haver investimentos, e nessa altura eu acumulava também a subdireção do *Diário de Notícias*, soubemos que ia haver investimento, e felizmente houve investimento no *Diário de Notícias*. Ainda não é um

investimento suficiente e que um jornal com 159 anos e com a dignidade e com a seriedade que tem no nosso mercado merece — tal como o *JN*, com mais de 100 anos, *O Jogo*, o *Dinheiro Vivo*, com apenas 11 jornalistas.

Demonstrei que não temos jornalistas para cobrir lei laboral, segurança social, função pública, concertação social, energia, impostos, transportes. Há muitas áreas que estão a descoberto e que são essenciais e estruturais para o nosso País e de que não poderíamos fazer cobertura, porque fomos perdendo pessoas ao longo dos últimos anos — é certo que não é de agora!

Já fomos 33 nesta equipa com a cobertura e com alguma redundância até que é importante porque as pessoas também folgam. Já tivemos 33 jornalistas nesta redação, há uns três, quatro anos, e hoje estamos resumidos a 11 jornalistas.

Não temos vídeo, não temos muita da produção digital e, portanto, a minha demissão de funções está relacionada também com aquilo que é exigido hoje aos nossos jornalistas, que é fazerem mais e muitas vezes terem de pegar em áreas para as quais não estão totalmente preparados. Isto porque todos sabemos que escrever sobre impostos ou sobre lei laboral ou sobre segurança social exige uma preparação e competências muito próprias, e nós temos medo de falhar nos momentos mais críticos e não podemos correr esse risco em nome do nosso dever de informar com qualidade.

Portanto, aquilo que me leva também à demissão de funções é não poder apresentar a mesma qualidade a que os nossos leitores estavam habituados e é para eles que nós trabalhamos com esse sentido de responsabilidade e esse dever. De resto, subscrevo aquilo que também foi dito por todos os outros diretores demissionários aqui presentes, ou seja, que o corte de investimento leva a que as nossas marcas tenham um futuro muito condicionado.

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — Vamos então agora iniciar uma ronda pelos grupos parlamentares todos. Por cada intervenção de cada grupo parlamentar, os senhores terão direito a mais 5 minutos, por isso, como estão a perceber, vão ter muito mais tempo do que o que imaginavam.

Temos por hábito, começar sempre pelo maior grupo da oposição, por isso PSD e será a Sr.^a Deputada Cláudia André que irá fazer esta intervenção.

A Sr.^a **Cláudia André** (PSD): — Sr.^a Presidente, cumprimento os Srs. Diretores, ainda Diretores dos diferentes meios de comunicação social aqui presentes, e as Sr.^{as} e Srs. Deputados e começo, como é evidente, por vos dar parabéns por todo o trabalho desenvolvido ao longo destes tempos, trabalho esse que, como se notou nas vossas apresentações, é o produto dessa paixão e desse orgulho, também pelas pessoas que têm a vosso encargo. Daí só poderia resultar um bom trabalho e daí os parabéns por todo o esforço, mas também pelos resultados que têm conseguido.

O PSD acompanha com muita preocupação a situação difícil por que a Global Media Group está a passar. Preocupamo-nos com os jornalistas, tanto com os jornalistas que estão na iminência de serem despedidos, como com os jornalistas que ficam nas redações e que veem o seu trabalho redobrado e, provavelmente, não conseguirão corresponder àquilo que seriam os seus desejos.

A preocupação do PSD deve-se também ao facto de percebermos que este direito, que este serviço público que este Grupo presta, como todas as outras empresas de comunicação social, é um direito constitucional — o direito de ser informado e de informar —, e que pode pôr em causa quando não existe a própria democracia.

Portanto, só com um jornalismo de qualidade conseguimos manter a qualidade da nossa democracia. Estar a denegrir meios de comunicação social, sobretudo com esta importância e com a profundidade que têm na sociedade portuguesa, é, sem dúvida alguma, motivo de profunda preocupação. Os despedimentos criam-nos, por isso, algumas apreensões.

Sem boas condições de trabalho não conseguimos ter uma informação de qualidade e é particularmente preocupante, para mim, aquilo que veio a público há poucos dias, como a suspensão de todas as prestações de serviço no *JN*.

Para quem tem noção do que é o interior do País e da quantidade de concelhos, conforme o relatório já demonstrou, que não têm em qualquer meio nem órgão de comunicação social registado. Isto é preocupante. Penso que, pelos últimos números, eram em 67 os concelhos sem qualquer órgão de comunicação social registado.

Preocupa-nos, como é evidente, como é que todo o País conseguirá ter voz quando as próprias estruturas nacionais não vão ter possibilidade de fazer eco do que se passa em todo o território. O nosso País está efetivamente dividido, no mínimo, em duas grandes partes, e uma está a ser completamente silenciada pela falta de representação, já era grave a falta de alguma representação política, muito mais se os órgãos de comunicação social também passarem a estar calados.

E, portanto, obviamente que nos preocupa profundamente toda esta realidade. O que nos surpreende é que realmente o Grupo Global Media, pelo que veio a lume na comunicação social, foi adquirido por este fundo e, segundo os próprios acionistas, como Marco Galinha, Kevin Ho, José Pedro Soeiro e Mendes Ferreira, garantem, e vou passar a citar, «que irão recorrer destes direitos constitucionais.»

Segundo os mesmos, esta transação e esta venda das participações decorreu com todo o respeito de todas as regras de *compliance* e de boa governança normalmente exigidas nesta tipologia. Ou seja, resumindo, o fundo foi informado de todas as circunstâncias e de qual era a situação do Grupo.

Se entendiam que a situação financeira não era adequada, porquê a aquisição? A aquisição foi há meia dúzia de meses e, portanto, a situação não era nova, mas parece que este fundo foi surpreendido pelas circunstâncias e dificuldades financeiras. No entanto, ainda hoje percebemos pelos Srs. Diretores que afinal não é uma circunstância financeira tão difícil, pelo menos, jornal a jornal, meio de comunicação a meio de comunicação.

Preocupa-nos esta situação de incumprimento. Os Srs. Diretores tomaram posse há poucos meses, como alguns aqui referiram, e a demissão de VV. Ex.^{as} decorreu pelas situações e condições difíceis em que foram colocados, uma vez que viram os colegas na iminência de serem despedidos e de o trabalho estar em causa.

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — A Sr.^a Deputada vai ter de terminar.

A Sr.^a **Cláudia André** (PSD): — Vou então passar já às perguntas.

Acreditamos que quando aceitaram o cargo de direção, não saberiam que este seria o plano do Grupo. E, portanto, as nossas questões são as seguintes: qual foi a estratégia ou o projeto que o Grupo apresentou aos Srs. Diretores quando vos foi dirigido o convite para continuarem ou para integrarem as direções? Sentem-se atualmente enganados por esta Administração? Creem que a sustentabilidade financeira é o único objetivo do

World Opportunity Fund para a empresa? Não haverá outros objetivos? No fundo, em que acreditavam quando surgiu este convite para assumirem as direções? Muito obrigada pela tolerância, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — Seguidamente, vai ter a palavra o Partido Socialista, pela Sr.^a Deputada Sara Velez.

A Sr.^a **Sara Velez** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria começar por saudar a presença, agradecendo-a, dos diferentes órgãos de comunicação social do Grupo Global Media nesta audição, sublinhando, de novo, a importância das mesmas, tendo em conta a preocupante situação que se vive no Grupo.

Aproveito para, mais uma vez, em nome do Grupo Parlamentar do PS, apresentar aqui a nossa solidariedade a todos os trabalhadores, jornalistas e não jornalistas, que fazem todos estes títulos saírem todos os dias nas nossas bancas.

Esta situação é verdadeiramente preocupante porque o Grupo Global Media é um dos principais grupos de *media* em Portugal. É detentor de um conjunto muito importante de títulos, como são o caso do *DN*, do *JN*, da *TSF*, de *O Jogo*, títulos e marcas em que os portugueses confiam, que se habituaram a ler e a ouvir há muito tempo e que por esse motivo acompanham, com certeza, como também aqui foi reconhecido, com muita preocupação esta situação que, efetivamente, coloca em causa a salubridade da comunicação social em Portugal.

Por isso é fundamental que estas audições possam ser feitas, que se possa aqui escrutinar efetivamente o que se passa no âmbito daquilo que são as nossas competências e o interesse é acima de tudo fundamental porque a

imprensa, a sua qualidade, a forma e as condições em que os seus profissionais, os jornalistas, exercem as suas funções, são tão bem essenciais para aquilo que consideramos ser, na nossa opinião, a qualidade da nossa democracia.

Não há democracia sem imprensa livre e a liberdade de imprensa, bem como a liberdade dos jornalistas que lá trabalham são imprescindíveis para que esse desígnio possa existir e tem, já agora, proteção e cobertura constitucional.

Ora, olhando para o histórico da situação que tem vindo aqui a ser relatada hoje pelos Srs. Diretores e anteriormente pelos trabalhadores e pelos representantes dos conselhos de redação, foram descritas situações que nos deixam bastante preocupados, nomeadamente que existia um grupo cuja salubridade financeira era equilibrada, positiva, e que passou, depois de adquirido por um fundo financeiro internacional que ninguém sabe quem é, a viver mal e a ter uma situação financeira difícil; que a operação que estaria a ser feita serviria para trazer novos investimentos e reforçar a posição dos diferentes títulos, mas que, de forma inusitada, terá resultado em pouco tempo em ameaças de despedimento coletivo e propostas de rescisão a serem feitas aos trabalhadores.

Também nos foram descritas situações como a da destituição de um diretor editorial e a nomeação de um novo sem se ouvir qualquer membro dos conselhos de redação, direções e redações demissionárias, como as que temos aqui atualmente, e de diferentes incumprimentos de legislação laboral, agravados neste momento pelo não pagamento dos salários de dezembro e sem que tenha sido anunciada qualquer janela no tempo em que esses pagamentos possam vir a ser feitos.

Na sequência destes casos, foi também notícia o aparente desconforto de alguns acionistas, como foi aqui referido pela Sr.^a Deputada do PSD, que parecem não conseguir obter grande consenso relativamente à situação que se vive.

Enfim, redações transformadas em nanorredações, que foi aqui dito por uma Sr.^a Jornalista do *DN*, hoje também reforçado por muitos de vós, todas estas questões e outras que têm vindo a vir a ser levantadas aqui, são graves, descrevem uma situação que, do nosso ponto de vista, é bastante ameaçadora para aquilo que é a qualidade também da nossa democracia.

Portanto, passo, desde já, às questões, fazendo aqui um conjunto delas. Algumas foram, de alguma forma, afluídas nas vossas intervenções iniciais, mas fica também aqui a oportunidade de poderem até reforçar alguma questão a que não tenham podido responder antes.

A legislação da comunicação social, nomeadamente a Lei de Imprensa, define um conjunto de competências às direções, designadamente que os diretores têm direito a ser ouvidos pela entidade proprietária em tudo o que disser respeito à gestão de recursos humanos nas áreas jornalísticas, assim como à oneração ou à alienação dos imóveis onde funcionem serviços das redações que dirigem. Têm o direito a ser informados sobre a situação económica e financeira da entidade proprietária e sobre a sua estratégia em termos institucionais.

A primeira questão que vos colocava é se estas obrigações foram cumpridas por parte da Administração. Conhecem ou tentaram conhecer quem são todos os proprietários do Grupo? Quando começaram, efetivamente, os problemas? Conseguem traçar uma linha do tempo que acompanhe as diferentes interferências nas questões editoriais e nas questões de gestão que aqui foram descritas? Em que condições estão a funcionar neste momento?

Conseguem vislumbrar ou projetar um futuro para os órgãos de comunicação social que representam e em que moldes?

Sabem se a Administração já desencadeou ou vai desencadear algum mecanismo, nomeadamente o Fundo de Garantia Salarial, para que possam ser pagos os salários que, neste momento, estão em atraso? Por fim, uma última questão que se impõe é: de que modo é que consideram que a liberdade de imprensa, o pluralismo e, em resultado disso, a própria qualidade da nossa democracia pode estar em causa com a gravidade desta situação que se vive no Grupo Global Media?

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Galveias, do Chega.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, agradeço a presença das direções demissionárias do *Jornal de Notícias*, da TSF, de *O Jogo* e do *Dinheiro Vivo* nesta Comissão.

O despedimento coletivo que assombra a Global Media Group é um alarme para o jornalismo em Portugal e um verdadeiro assalto aos valores da liberdade, da independência e da diversidade de imprensa.

Esta crise coloca em risco não só centenas de postos de trabalho, mas a própria democracia. O Global Media Group, responsável por instituições jornalísticas com prestígio, renome e influência na sociedade portuguesa, caminha para um abismo financeiro e moral e com toda a probabilidade para o desaparecimento que se adivinha.

Os despedimentos publicamente anunciados de cerca de 200 trabalhadores levantam sérias dúvidas sobre as competências e intenções da Administração. Os atrasos salariais desde outubro, o não pagamento de

dezembro e dos subsídios de Natal são fatores gravíssimos que revelam a falência de valores éticos e de responsabilidade social.

Sabendo que a dívida da GMG à Autoridade Tributária e à segurança social é de cerca de 7,5 milhões de euros e a fornecedores de cerca de 5 milhões, que critérios foram usados para chegar a este extremo? Têm justificação para o colapso financeiro e ético do GMG? Que medidas serão tomadas para reparar o dano causado não só aos trabalhadores, mas ao jornalismo português?

Este cenário levanta questões cruciais. Quais foram os critérios para estas drásticas decisões, sabendo que, de junho até ao momento, o fundo já investiu cerca de 10,2 milhões de euros? E que estratégias estão a ser implementadas, ou não, para evitar a falência que se prefigura no horizonte e assegurar a sustentabilidade financeira do GMG a longo prazo?

Sabemos que a ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) tem severos limites de atuação e, sendo a GMG uma empresa privada, quais os contactos ou soluções, se é que existiram esses contactos, apresentados pelo Ministério do Trabalho? E, por outro lado, sendo a Global Media Group uma empresa privada, como já disse, como podem esta Comissão e a Assembleia da República ajudar a resolver este problema, um problema cuja crise leva a que o jornalismo em Portugal, e que é um bastião da liberdade e da multiplicidade, não vá à falência?

E assim colocamos as seguintes questões: quando é que as vossas direções tomaram conhecimento da situação financeira do Grupo? Existiam sinais anteriores que indicassem esta iminente crise?

Existiu alguma comunicação interna com os trabalhadores sobre a situação financeira do Grupo? Têm algum conhecimento ou informações sobre quais os objetivos do grupo para este Grupo empresarial? Têm algum

conhecimento sobre a auditoria anunciada pela Comissão a todas as decisões, operações e negócios que conduziram a Global Media Group ao estado atual? O que pensam sobre o facto dos acionistas Marco Galinha, Kevin Ho, José Pedro Soeira e Mendes Ferreira acusarem a World Opportunity Fund Limited de incumprimento dos contratos e da sua argumentação de que se tal não se tivesse verificado, teria permitido o pagamento dos salários e o cumprimento de outras responsabilidades da empresa?

Baseando-se no vosso conhecimento interno e experiência, que soluções ou alternativas poderiam ter sido, ou poderão eventualmente ainda ser, exploradas para evitar a situação atual? E por fim, pergunto se existe alguma previsão concreta para a satisfação do pagamento dos vencimentos em atraso, nomeadamente os subsídios de Natal e os vencimentos de dezembro de 2023, por um lado, e, por outro, quanto ao pagamento do trabalho suplementar, também ele em atraso. Muito obrigado.

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr.^a Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados e os representantes das direções demissionárias, mostrando a nossa solidariedade e agradecendo pela vossa resiliência ao longo destes últimos meses, especialmente, mas também ao longo destes últimos anos.

Sabemos que têm sido, ao longo destes anos, vários os despedimentos coletivos que têm assombrado os vossos meios de comunicação social e, por isso, quero agradecer a vossa resiliência e o facto de não se recusarem a vir à Casa da democracia, como disseram, prestar alguns esclarecimentos e dizer aquilo que está a acontecer e que nos deve preocupar a todos. Isto porque,

também disseram, e nós associamo-nos a essa ideia, que o escrutínio jornalístico é fundamental para que tenhamos uma sociedade livre, mais justa, mais plural e mais civilizada e para que exista uma verdadeira democracia no nosso Estado de direito.

E, portanto, é com bastante preocupação que a Iniciativa Liberal e, até diria, este Parlamento têm assistido ao anúncio destas vagas de despedimentos coletivos no grupo da Global Media, que edita muitos dos históricos títulos jornalísticos portugueses, como é o caso do *Jornal de Notícias*, do *Diário de Notícias*, de *O Jogo*.

Os sintomas evidentes desta grave crise mergulham precisamente no facto de históricos como a TSF e o *Jornal Notícias* terem feito a sua primeira greve na história da sua existência. E, portanto, isso deve nos preocupar precisamente porque o que está em causa é a nossa democracia.

Acresce a isto o aparente incumprimento da lei da transparência dos *media*, que obriga a identificação dos proprietários de órgãos de comunicação social — e isto também nos preocupa a todos, penso eu —, e também o facto de há mais de um mês a ERC ter revelado que iria analisar toda a informação sobre o alegado fundo de investimento que agora controla e comprou a Global Media e até hoje não termos qualquer tipo de informação, e eu creio que também não a tenham, sobre o rosto que está por detrás desta detenção.

Passaram 4 meses desde que os novos proprietários adquiriram o Global Media. A verdade é que prometeram investimentos, mas tudo o que assistimos tem sido despedimentos, salários em atraso e incumprimento daquilo a que se tinham proposto. E a juntar agora aos vários despedimentos coletivos que têm existido nestes anos, anunciam-se mais despedimentos coletivos que não auguram nada de bom para a comunicação social.

O imperativo de transparência no quarto poder é uma das principais preocupações da Iniciativa Liberal, neste caso a transparência da titularidade, da gestão e dos vários meios de financiamento dos que são proprietários desse órgão de comunicação social. Não é demais recordar a lei que foi aprovada nesta Assembleia da República, em 2015, e que determinou que as empresas detentoras de órgãos de comunicação social devem disponibilizar à ERC a relação de titulares e detentores, discriminando a percentagem de participação social e identificando toda a cadeia de entidades a quem uma participação de pelo menos 5 % possa ser imputada. Penso que aqui está o busílis de toda esta preocupação sobre o que está a acontecer.

Passando às perguntas. Já foram várias perguntas colocadas que penso que são transversais a todos os grupos parlamentares aqui representados, mas gostaria de vos colocar outras, nomeadamente: quais são os motivos concretos que levaram aos vossos pedidos de demissão? Já foram aflorando alguns nas vossas intervenções iniciais, mas ainda assim gostaria de colocar esta pergunta.

Pergunto também se questionaram alguma vez o CEO a quem pertence realmente este fundo de investimento, com um alegado capital de 34 mil milhões de dólares, que detém neste momento o Grupo; se, na vossa opinião, o escrutínio que está a ser feito pela ERC, enquanto entidade reguladora, tem sido adequado e/ou suficiente; se existem garantias concretas para a manutenção do importante arquivo dos títulos jornalísticos mais antigos do Grupo, nomeadamente do *Jornal de Notícias* e do *Diário de Notícias*, ambos já centenários.

Pergunto também se, no vosso entendimento, a lei de 2015 de que falei há pouco e que visa promover a transparência da titularidade da gestão e dos

meios de financiamento das entidades próprias dos órgãos de comunicação social está a ser cumprida e se tem sido cumprida.

Por último, tendo o CEO José Paulo Fafe anunciado ao jornal *Eco* que o fundo de investimento já investiu mais de 12 milhões de euros no Grupo, pergunto se, na vossa vida diária e prática, naquelas que são as vossas funções, sentiram que isso corresponde à realidade, se houve efetivamente um investimento que se refletiu no vosso dia-a-dia. Obrigada.

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Em primeiro lugar queria cumprimentar as direções demissionárias dos vários títulos e agradecer a vossa presença e demonstrar o agradecimento do Parlamento a todas as entidades que se disponibilizaram, pela importância deste Grupo de imprensa, a vir aqui prestar esclarecimentos, das quais se exclui, exclusiva, única e inexplicavelmente, José Paulo Fafe, que é quem teria, na verdade, explicações para nos dar, e que recusou, pelo menos até agora, a sua presença no Parlamento — até por isso a vossa presença aqui é de valorizar em dobro.

Gostaria de fazer algumas questões. Lamento não ter questões que se prendam muito com o mundo editorial, peço desculpa, porque me parece que já toda a gente entendeu que estamos aqui perante um problema de gestão do grupo ou sobre dúvidas sobre a gestão do grupo. Neste momento, só há uma coisa que não sabemos e dessa, parece-me, decorrem todas as outras dúvidas.

Essa coisa que nós não sabemos é se a Administração anterior embelezou as contas para vender a um fundo que, de forma inocente, comprou um grupo de que não sabia a situação em que estava e que se deparou com

uma catástrofe inesperadamente ou, pelo contrário, se a nova Administração, tendo conhecimento da situação financeira da Global Media, ainda assim, decidiu adquirir a maioria do capital através do veículo de que a Global Media era proprietária, por razões desconhecidas, por razões que nós não compreendemos.

De qualquer forma, parece-me que a situação da Global Media, que não era uma situação particularmente famosa do ponto de vista financeiro, era conhecida. Toda a gente sabia que havia títulos que já tinham tido algumas reestruturações, é o caso do *DN*. Outros, como o caso do *JN*, tinham ainda solvabilidade ou, pelo menos, sempre foi conhecido que tinha uma situação financeira mais saudável.

Ainda assim, mesmo não sendo uma situação fantástica, a situação da Global Media, a situação que é conhecida da Global Media era uma situação estável. Ou seja, as vendas eram estáveis, os resultados operacionais eram estáveis, apesar das alterações que houve durante a pandemia. Nada fazia para ver, pelo menos quem olha de fora, uma hecatombe deste tamanho.

E, portanto, há de facto com a entrada do fundo uma alteração que é aquilo que estamos a tentar perceber. O que gostaria de lhes perguntar tem a ver precisamente com esse momento da entrada do fundo na maioria do capital da Global Media. Têm alguma ideia de como é que José Paulo Fafe foi escolhido para ser o novo administrador da Global Media?

Pergunto se houve alguma continuidade entre a Administração anterior e a Administração posterior, ou seja, entre Marco Galinha e José Paulo Fafe, já que Marco Galinha se manteve no Conselho de Administração, isso, aliás, faz parte de um dos comunicados assinados pela Comissão Executiva.

José Paulo Fafe também diz que o novo plano de reestruturação foi atempadamente divulgado ao Conselho de Administração. Pergunto se

tiveram conhecimento desse novo plano de reestruturação, se dele fazia parte ou do vosso conhecimento fazia parte um novo título dedicado ao Brasil ou a alteração das revistas e dos suplementos que faziam parte dos títulos e que tivessem alguma alteração na forma como eram comercializadas.

Gostaria de saber se houve alguma interferência editorial com a entrada do fundo ou alguma alteração na forma como essa relação era feita entre a Comissão Executiva e as direções editoriais dos títulos; se identificaram alguma forma de desvalorização comercial dos títulos por algum meio, que certamente conhecerão melhor, mas que teriam como objetivo levar à desvalorização do Grupo e a que os produtos jornalísticos perdessem valores.

Julgo que o meu tempo terminou e, portanto, para já deixo estas questões.

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente, bom dia a todas e a todos e Bom Ano também.

Quero agradecer a vinda aqui à Comissão de Cultura das direções dos títulos da Global Media. Lamento que seja na situação em que estamos, uma situação que é crítica. Não é completamente inesperada no sentido em que nós sabemos que em Portugal o principal risco, neste momento, para o pluralismo nos média tem a ver precisamente com o pluralismo de mercado. Quando digo isto, não é por ser uma matéria de opinião do Livre ou minha, pessoal.

A ferramenta que a União Europeia utiliza para medir estes riscos, o *Media Pluralism Monitoring Tool*, que foi uma batalha de muitos anos para conseguirmos que ela fosse implementada de forma transversal em 27 países

da União Europeia, mais uns quantos. E os riscos que essa ferramenta identifica para o pluralismo dos média em Portugal não estão na independência do poder político, que é alta em Portugal, quando comparada com os países da União Europeia, não estão em questões editoriais.

Esses riscos estavam no início, quando começámos a fazer os primeiros estudos, a partir de 2016, no grau de inclusão social por parte dos títulos de média em relação aos vários setores da sociedade, incluindo minorias, representação regional. Aí, no início da implementação desta ferramenta notava-se que, em vez de Portugal ser um país de baixo risco, como é quando comparado com outros países da União Europeia, o risco aproximava-se do médio.

O problema está mesmo na concentração da detenção dos títulos de imprensa e na opacidade dos grupos de média. Isso tem aumentado muito. O risco era baixo em 2016, em 2023 está médio para alto.

Num critério tão importante como o pluralismo dos próprios detentores de títulos de média, estamos num risco que está em 88 %. Portanto, é muito alto, quando comparado com, por exemplo, 23 % que é o critério associado à independência editorial. Nos mercados digitais esse risco também é alto, está nos 69 %.

Percebemos também porque é que houve resistências à implementação desta medida do *Media Pluralism Monitoring Tool* por parte não só dos grupos políticos mais à direita e mais temerosos de que qualquer tipo de supervisão do mercado dos média ou de regulação do mercado dos média interfira com a liberdade económica, esquecendo que a liberdade económica deve estar subordinada ao pluralismo informacional na sociedade e não ao contrário, mas também de alguns detentores dos próprios grupos que fizeram

campanha contra que se estudasse a detenção de grupos de média, se calhar, alguns por interesse próprio.

Temos aqui um problema que é grave e que se está a agravar e nos dados que tivermos, subsequentes a esta crise, na Global Media certamente os indicadores sobre Portugal vão piorar e, portanto, não podemos ficar parados diante deste cenário ou estar já a fazer perguntas que, de certa forma, parecem perguntas de, para usar uma linguagem que vocês entendem, de obituário.

Não está na altura de escrever o obituário, está na altura ainda de fazer o que é possível para preservar uma parte muito importante do pluralismo informativo em Portugal, sob pena de, num dia destes, Portugal ser um dos primeiros Estados da União Europeia em que acontece o que aconteceu nos Estados Unidos, em que deixa de haver diários de referência, depois, deixa de haver imprensa estadual. Aqui talvez a barreira linguística nos proteja um pouco desse cenário de concentração, mas mesmo assim um dia desaparece este Grupo, o que será uma perda tão grave como foi perder o grupo do *Século* há meio século atrás.

O que é que é possível fazer para mudar as coisas em termos mais de médio e longo prazo? É evidente que tem de haver ferramentas de políticas públicas que permitam haver mais pluralismo no espaço mediático, como por exemplo mais bolsas e mais prémios para jornalismo de investigação que sejam geridos por entidades independentes nas quais o Estado não tenha lugar, Mas há muitas por onde escolher, desde reitorias de universidades, fundações públicas, sindicatos de jornalistas, quer dizer, há muita forma de fazer chegar financiamento ao jornalismo de que nós precisamos para nos mantermos informados e para podermos responsabilizar o poder político, o poder económico e por aí fora.

Podem dar-se créditos para assinatura de imprensa aos cidadãos, para que eles escolham que assinaturas de imprensa é que decidem fazer, pode fazer-se a dedução das assinaturas de imprensa — e quando digo imprensa, é uma terminologia um bocadinho desusada, mas quero dizer média em geral, portanto não só imprensa em papel, mas tudo o resto, rádio, televisão, *sites*, portais, *podcasts*, etc.

Dando esses créditos, as pessoas escolhem, se querem assinar algum diário de referência e o *podcast* de notícias locais, tudo isso é importante. Mas para que a Global Média chegue a um panorama no qual essas ferramentas estejam a ser utilizadas, a pergunta central que há a fazer é o que é que o Estado deve fazer agora para, antes que o Grupo se perca, estes títulos sejam preservados. Pergunto se faz sentido uma intervenção pública no sentido de preservar os títulos e de, tão depressa quanto possível, os colocar de forma a que possam fazer o seu trabalho de forma independente do poder político. Muito obrigado.

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — Então, agora, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, queria agradecer já o conjunto de elementos e de informações que trouxeram relativamente à situação de cada um dos órgãos de comunicação social.

Quando, há pouco, referíamos que eram com grande preocupação que acompanhávamos esta situação, é porque de facto estamos a falar de 200 trabalhadores. São 200 postos de trabalho que consideramos que devem ser salvaguardados e que devem ser protegidos, assim como todos os direitos dos trabalhadores devem ser cumpridos e devem ser respeitados.

A situação, neste momento, do não pagamento do subsídio de Natal e do salário de dezembro, dos outros salários que têm sido pagos com atrasos e dos trabalhadores em prestações de serviços que, da informação que tinha sido dada aqui em dezembro, ainda também teriam salários em atraso, é uma situação de grande dificuldade para os trabalhadores. Consideramos que todos os direitos têm de ser cumpridos e assegurados.

Creio que têm conhecimento que o PCP, no quadro dos requerimentos que apresentou, pediu também a audição do Ministro da Cultura e da Ministra do Trabalho, que esperamos que seja concretizada neste tempo em que a Assembleia da República dispõe de todas as suas competências de funcionamento.

Há responsabilidades do Governo que não podem ser sacudidas e que têm de ser asseguradas naturalmente. Há responsabilidades, em primeiro lugar, para com os trabalhadores, para se assegurar o cumprimento desses direitos, mas há também aqui uma preocupação, e foi por isto que eu fiz esta referência, porque, nas vossas intervenções e nas diversas audições que fizemos, essa ideia esteve e está presente, com a independência, com a pluralidade, com o rigor da informação.

Foi aqui dada uma nota dos baixos salários, em particular, foi feita a referência n' *O Jogo*, mas sabemos que no setor da comunicação social em geral a realidade é de baixos salários, de progressiva precarização até das relações laborais e isso também constitui um condicionamento da própria independência, da pluralidade que deve existir nos órgãos de comunicação social.

Mas há também preocupação porque há um conjunto de consequências que se estão já a registar. A ideia de que as redações já estão a funcionar para lá do seu limite, ou seja, que o número de trabalhadores, o número de

jornalistas que têm é muito inferior àquele que deveria ser, é já um elemento de grande preocupação a que este despedimento de 200 trabalhadores só vai criar mais dificuldades nesse mesmo funcionamento, podendo mesmo pôr em causa estes órgãos de comunicação social como nós os conhecemos.

Há vários elementos que foram sendo tornados públicos e que, creio, são indícios preocupantes. Já aqui há pouco fazíamos referência às colaborações, aos correspondentes que estão pelo País. No outro dia tinha sido dada nota de que aos *sites* de alguns órgãos de comunicação social houve ali horas em que não tiveram atualização e que da TSF as participações externas foram suspensas.

Isto é já, na prática, o que resulta desta nova Administração do Grupo Global Media. Há pouco tinha feito algumas questões, pergunto se há possibilidade de haver referência a elas, no sentido daquilo que é do vosso conhecimento, relativamente ao fundo, a estratégia, o património. Estes têm sido elementos que têm também, nas nossas audições, sido referidos com preocupações e era importante também perceber qual é que é o conhecimento que têm relativamente a essas situações.

Deste conjunto não tanto de questões, mas mais de apreensões e preocupações relativamente ao futuro dos diversos órgãos de comunicação social que integram o Grupo Global Media, na vossa opinião, o que é que seria necessário, que investimentos seriam necessários, para que os diversos órgãos de comunicação social, neste caso os quatro em concreto que temos aqui, pudessem trabalhar com as condições que consideram necessárias para se cumprir este conjunto de princípios que a nossa Constituição prevê: do rigor, da qualidade, da independência, da pluralidade.

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — Vamos regressar agora aos nossos convidados, que têm, cada um, 5 minutos para dar a sua resposta àquilo que entenderem das questões que foram colocadas pelos diferentes grupos parlamentares.

Não sei se querem seguir a mesma ordem. Pode ser?

Então, terá a palavra Inês Cardoso, do *JN*.

A Sr.^a **Inês Cardoso**: — Bom, é de facto ingrato tentar arrumar tantas questões em 5 minutos e vou tentar pelo menos atacar algumas, aquelas a que consiga dar resposta.

Em relação ao fundo, muitas das perplexidades que são vossas são também nossas. Sabemos, basicamente, o que vai surgindo da informação na comunicação social. Naturalmente, temos muitas dúvidas, como jornalistas que somos.

Olhar para o conjunto de empresas e participações do GMG é um exercício particularmente complexo — já o terão feito, com certeza —, olhando para os diferentes encaixes e para o *puzzle* que está disponível, nomeadamente na ERC.

A questão do escrutínio da ERC parece-me, sem dúvida, ser um dos aspetos a rever. O *timing* político é particularmente difícil, porque sabemos o momento que estamos a viver, mas é um dos contributos que futuramente, provavelmente, a Assembleia terá de dar, além de muitos outros, de uma forma mais abrangente, em relação ao tema genérico do financiamento.

De facto, nós conhecemos basicamente aquilo que vai sendo dito na comunicação social. Mesmo do ponto de vista do plano de reestruturação — aquilo que é dado como tal —, não sei exatamente a que se refere, se é um plano de reestruturação no sentido do número de pessoas e saídas, se é um

eufemismo para os despedimentos, ou se houve, efetivamente, uma apresentação em sede de reunião do Conselho de Administração de um plano mais aprofundado de títulos como o *É Brasil*.

São respostas que, de facto, não conseguiríamos dar, eu, pelo menos não consigo, não sei se os meus colegas conseguirão. Teriam de ser outros administradores e acionistas a dar essas respostas, porque vamos sabendo muito pouco.

Nomeadamente, tenho algumas das dúvidas, que os Srs. Deputados também têm, quando se fala, por exemplo, das declarações de investimento de 11 milhões ou de 12 milhões do fundo. Não sei se a palavra «investimento» aqui não se refere à compra de participações e não, efetivamente, a investimento. Tal como algumas questões de ligações, naturalmente, há ligações comerciais, que são conhecidas, entre algumas das pessoas que estão, neste momento, na Administração, mas não poderia eu estar aqui a detalhar, ou perderia tempo a dizer pouco mais do que generalidades sobre isso.

Em relação à situação financeira, estou no *Jornal de Notícias* com funções diretivas há nove anos, estou como diretora há três anos. Nestes últimos três anos participei em sucessivas reuniões, que fazíamos mensalmente, com apresentação de resultados. O tema dos resultados e da necessidade de redução de custos é algo que tenho presente insistentemente, mês após mês, portanto a questão das dificuldades financeiras não é, de todo, uma novidade.

Aliás, algo que ouvimos, de forma insistente, em junho, julho e agosto foi que, quando entrassem novos investidores, era para haver investimento e não para pagar salários, portanto o Grupo tinha de ser sustentável e não poderia haver injeções para pagar salários, como estava a ser feito pelos acionistas na altura. Este era um discurso corrente, público, conhecido,

portanto não me parece que haja grandes surpresas. Também eram conhecidas as dívidas às finanças e à segurança social. Terá havido, com certeza, outras surpresas, mas só os administradores ou a Comissão Executiva poderão dizer quais.

Gostava, e de facto o tempo foge e vou ter muito pouco, de falar do tema concreto das formas de desvalorização dos títulos, e se as identificamos ou não.

Há decisões de gestão que têm um impacto direto e, no caso da comunicação social, muito do problema que estamos a viver é um efeito de bola de neve, em que há cortes de custos que têm como reflexo imediato perda de receitas, perda de qualidade. Vamos esquecer o tema da qualidade e da independência, porque sem recursos não há qualidade e não há verdadeira independência e liberdade, e vamos cingir-nos ao tema financeiro.

Cortes têm como consequência imediata quebra de receita e, portanto, estamos a falar de uma receita que é sempre falaciosa, porque vai dar sempre ao mesmo sítio.

Um exemplo: em março de 2022 — e para sair desta Administração, para não se dizer que há alguma má vontade para com esta Administração ou para com esta Comissão Executiva —, foi decidido um corte drástico nas páginas de papel dos diários, que no caso do *JN* foi muito significativo.

Esse corte de papel para fazer face aos aumentos graves decorrentes da guerra na Ucrânia e dos aumentos do preço de papel teve como efeito imediato a maior perda de leitores desde a pandemia. Sabemos que a pandemia foi um momento excecional, mas esse momento foi uma decisão de gestão para cortar custos que se refletiu na maior perda de leitores dos últimos tempos.

Casos concretos atualmente: as decisões relativamente às revistas. O processo de revisão da revista *Evasões* é absolutamente desastroso na forma

como é comunicado. Eu era diretora da *Evasões* e soube num comunicado, ao mesmo tempo que os outros 500 trabalhadores da empresa, que passava a haver um novo responsável pela revista — portanto, parece-me que está tudo dito quanto ao grau de conhecimento e, diria até, de respeito que, em algumas decisões, os diretores tiveram.

A revista estava pronta para ir para as bancas, fecha habitualmente à quarta-feira, e na terça-feira foi comunicado que nessa semana, pura e simplesmente, não ia para a banca — portanto, sem nenhuma preparação ou aviso aos leitores — e que na semana seguinte sairia reformulada. Foi feita uma reformulação em condições que são de todo insólitas e que demonstram que este é um exemplo de como fazer uma mudança de um produto de uma forma tão atabalhoada que só pode resultar em perda de valor.

Outros casos: *JN Direto*. Estamos sem estúdio desde que mudámos de instalações. Estar sem estúdio representa não fazer programas que tinham patrocínio, portanto, o facto de não ter um estúdio, que está encaixotado e que tinha de ser montado, significa que não é feito um investimento, mas resulta em perda de receita. Ou não termos um arquivo, que está efetivamente encaixotado — parte dele, há outra que está consultável, mas uma parte do nosso arquivo histórico está encaixotada —, resulta, por exemplo, em constrangimentos como não termos condições para fazer uma exposição fotográfica que nos foi proposta, a propósito do 25 de Abril.

Portanto, temos um conjunto de questões que são constrangimentos e decisões de gestão ou de cortes que têm um reflexo imediato na perda de receitas, já para não falar dos outros temas editoriais.

Mas, gostava ainda —sei que já tenho pouco tempo, mas isto é mesmo importante — de dizer, em relação a declarações públicas do nosso CEO, que estas são uma total desvalorização, no caso, do *JN*. Não conheço situações em

que os CEO das empresas venham para o mercado dar números incorretos para baixo, ou seja, para agravar a situação da empresa.

Ora, numa entrevista ao jornal *Eco*, que já foi aqui referida, o nosso CEO disse que o *Jornal de Notícias* vende 12 000 jornais em banca e vende 14 000 exemplares, incluindo as assinaturas. Ora, os dados do 3.º trimestre do ano da APCT (Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação) falam em 19 327 exemplares de circulação paga impressa e mais 3014 no digital. Portanto, isto é um exemplo claro e não percebo o porquê. Com certeza porque os números não foram devidamente preparados, mas não consigo compreender as declarações do CEO.

Nessa entrevista há diversas declarações que, como compreenderão, são motivações diretas, independentemente de todas as questões laborais e do anúncio de cortes e reduções — que, só por si, seriam uma razão mais do que evidente —, para a demissão de um diretor. Há um discurso de ataque direto e de desvalorização de um título que eu não consigo compreender.

A Sr.^a **Rosália Amorim**: — Não podia concordar mais com aquilo que a minha colega Inês Cardoso disse, porque realmente tem havido uma desvalorização das marcas de *media* do Global Media Group, nomeadamente da TSF também, com as declarações que temos vindo a ler na comunicação social.

Sobre a TSF, se formos ler alguns dados relativamente a 2020 e 2021, até se chegou a falar em lucros e EBITDA positivos — é notícia, está publicado — e, daí para cá, o conhecimento que tenho era de um prejuízo que rondaria 1 milhão de euros e de que era preciso dar a volta a isso e recuperar a marca.

Agora, a Administração vem falar em cerca de 2 milhões de euros, se não estou em erro, só na TSF, números que desconheço. Já foram pedidas as contas deste ano. A Comissão de Trabalhadores que aqui esteve...

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa) — Pedia-lhe só que aproximasse mais o microfone.

A Sr.^a **Rosália Amorim**: — Vamos ver se ajuda.

Estava eu a dizer, então, que os números que a Administração tem colocado na comunicação social são de prejuízos de cerca de 2 milhões para a TSF, números esses que eu desconheço. Estamos à espera de ver as contas, porque não entrou nem 1 € de investimento na TSF, nem entrou um único quadro contratado; portanto, as despesas da TSF não aumentaram.

E, nesse sentido, não percebo porque é que os prejuízos terão disparado tanto, pelo que a Comissão de Trabalhadores também já pediu as contas, tal como a Direção. Estamos à espera de as ver e conhecer, relativamente ao final de 2023, que já terminou.

Sobre o tema de retirar valor às marcas, houve situações críticas. A Inês apontou algumas delas, houve outras em que, por exemplo, a Administração foi confrontada pela direção com a falta de pagamentos a fornecedores, nomeadamente à Amazon, que tem a ver com o *site*, com os *podcasts*, com os áudios que deixaram de estar disponíveis. A resposta foi sempre «Vai-se resolver em 24 horas.» e o que é certo é que esteve oito dias assim e foram vários os danos comerciais.

Perderam-se anunciantes, perdeu-se publicidade e esse é um dano para a marca que fica nestes oito dias e sempre que o *site* não funciona, como foi

o caso dos últimos dias, em que foi desligado o *backoffice*, também por questões de gestão e de contratos que não terão sido renovados.

Durante o mês de dezembro, o que aconteceu foi vários anunciantes virem denunciar contratos, junto dos nossos diretores comerciais, e dizer também que não queriam estar associados à má reputação da Global Media e começarem a sair para outros grupos. Portanto, sim, há aqui um dano e há uma desvalorização das marcas que é grave, até do ponto de vista da receita de que estamos a falar, neste caso do *site* da TSF.

Sobre outras questões que os Srs. Deputados endereçaram, queria dizer também que, relativamente aos salários, não temos qualquer data, qualquer previsão; a Administração não quis adiantar qualquer data. Foi-nos dito que o subsídio de Natal seria pago para o ano em duodécimos — o que, por lei, não está certo —, mas relativamente ao salário de dezembro disseram-nos que não tinham qualquer data para nos indicar.

Sobre a reestruturação, ela nunca nos foi comunicada no seu todo. Portanto foi falado marca a marca. No caso da TSF, haveria os tais 30 trabalhadores que teriam, ou que terão, de sair da TSF por motivos das tais reestruturações que serão feitas no Global Media Group.

Em relação a estas pessoas que estão neste momento a passar mal por falta de salário — e estamos todos no mesmo barco —, foi pedida, também pelos diretores, no dia 28 de dezembro, alguma ajuda social, um fundo social, um subsídio de alimentação, mas a resposta da parte da Administração foi nenhuma, dizendo apenas que não há dinheiro. E essa foi a resposta que obtivemos, mesmo para as situações de quem ganha menos, como o diretor de *O Jogo* lembrou aqui, e muito bem. Relativamente a isso não obtivemos realmente sucesso na nossa diligência.

Sobre a transparência, sobre o fundo, sabemos o que vem na comunicação social, ou seja, não nos foi transmitido quem é o rosto, quem é que são os acionistas. Enquanto dos anteriores pelo menos sabíamos quem eram as pessoas e quais eram os nomes, neste caso do fundo, julgo que nenhum diretor recebeu informação acerca disso.

Relativamente ao fundo, não sabemos se terá sido um problema de más contas da anterior Administração ou desta. O que sabemos é que terá sido feita uma *due diligence* do fundo que entrou, que terá visto as contas de fio a pavio — pelo menos é assim quando as coisas são feitas de modo profissional e detalhado. Essa *due diligence* terá sido feita. Portanto, é com espanto que eu e os meus colegas diretores também somos confrontados com estes números e com esta reestruturação.

Sobre o que é que nos terá levado a aceitar o cargo, no meu caso, que fui nomeada há três meses, o que me levou a aceitar foi a garantia de investimento. Aliás, a condição *sine qua non* que apresentei ao CEO — e disse-lhe mesmo que era a minha única condição — foi a de haver investimento e estas 10 contratações. E isso foi-me garantido. Foi-me garantido a mim, foi garantido ao Rui Gomes, Diretor-Geral, foi garantido por mim depois também ao meu adjunto.

Portanto, a única condição que coloquei a este CEO, sublinho, a este CEO para aceitar a direção da TSF, há três meses, foi que houvesse investimento e estas 10 contratações. A partir do momento em que essa condição deixou de ser cumprida, esse obviamente foi um motivo também para a minha demissão, para além de tudo o resto de que já aqui falei na apresentação inicial.

Tentando responder agora a mais algumas questões que foram colocadas, nomeadamente sobre como é que vejo o futuro da rádio, com este

corte de 30 pessoas, direi que vejo um futuro da rádio muito comprometido, vejo uma TSF que não vai ser a mesma que temos hoje. É impossível uma rádio funcionar com cerca de 50 % dos recursos humanos, e é disso que estamos a falar.

Neste momento, estamos com sérias dificuldades em assegurar os turnos todos, as noites, as madrugadas, as folgas, os fins de semana, e isso já está comprometido só com a saída de alguns elementos que acabaram os seus contratos a termo. Portanto, como veem, era mesmo fundamental haver investimento e haver um recrutamento de 10 pessoas.

Foi também perguntado se sabíamos se o Fundo de Garantia Salarial iria ser ativado, mas não temos qualquer informação sobre isso, pelo menos no caso da TSF, não me chegou qualquer informação sobre se a Administração vai ou não recorrer a esse Fundo de Garantia Salarial. Há, neste caso, muitas questões de gestão que era muito importante a Administração vir esclarecer. São perguntas que lhes devem ser dirigidas e, realmente, é uma pena não acederem ao convite desta Casa da democracia para virem responder.

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — Peço-lhe que abrevie.

A Sr.^a **Rosália Amorim**: — Sim, Sr.^a Presidente, só para terminar, não queria deixar de responder a todas ou quase todas as questões — os motivos concretos da demissão estão esclarecidos, as contas, a *due diligence*. Creio que já percorri tudo, ou quase tudo aquilo que foi falado pelos Srs. Deputados.

Deixem-me só dizer que, em 30 anos de profissão e 10 anos de direção de marcas várias — *Dinheiro Vivo*, *Diário Notícias*, TSF —, nunca fui confrontada com uma situação destas. Nunca me senti ultrapassada por

decisões, comunicações e entrevistas sem saber antes o que é que iria ser decidido ou feito relativamente à marca que dirijo.

É a primeira vez que sou confrontada com todos estes factos de forma triste, porque há uma desvalorização das marcas e creio que também há, neste caso, uma desvalorização do papel dos diretores de informação que estão aqui presentes e que são fundamentais para garantir a tal liberdade editorial e a independência das marcas de *media*.

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — Tem agora a palavra o Vítor Santos, do jornal *O Jogo*.

O Sr. **Vítor Santos**: — Bom, é muito difícil responder a todas estas questões. Vou, naturalmente, tentar responder a algumas, até porque me identifico com aquilo que acaba de dizer a Rosália, com o que disse a Inês, e as perguntas estão praticamente respondidas.

As nossas opiniões — nem são tanto opiniões, são mesmo factos — são coincidentes, mas também tentaria deixar aqui algumas notas, respondendo, naturalmente, às questões.

A certa altura o Sr. Deputado perguntou como é que isto se pode resolver. Nós somos diretores editoriais e há, neste caso, questões de gestão que, naturalmente, não passam por nós. É assim que funciona a comunicação social. Se calhar, até estou em condições de resolver tudo, porque ainda nem vi o resultado do Euromilhões de ontem, mas não é disso que se trata!

Na verdade, falando muito a sério, estamos a passar por um problema que já foi aqui falado nas questões que foram levantadas, em que temos uma estrutura acionista maioritária, com 50 e qualquer coisa por cento, que nesta

altura está com um problema com os acionistas minoritários, como se viu através de uma comunicação que foi feita esta semana.

Para além dos nossos títulos, que tanto defendemos — e nunca vi nenhum diretor dos títulos da Global Media, os que estão aqui e os que não estão aqui, a destratar os seus títulos, pelo contrário, vi-os sempre a defendê-los, e, muitas vezes, até a defendermo-nos uns aos outros, naturalmente —, se pensarmos que tenho uma história, que não caí aqui de paraquedas, tenho 15 anos de *Jornal de Notícias*, logo, não cheguei aqui por acaso, obviamente, não gosto de ver o que nesta altura parece estar a ser feito ao *Jornal de Notícias* — pelo menos da perceção que temos ao vermos o que aconteceu ainda agora com a questão dos colaboradores.

Naturalmente, isso tem de nos preocupar a todos, porque isto é um grupo de comunicação e a sustentabilidade deste Grupo não acontece por acaso. Com prejuízos, sem prejuízos, e os prejuízos seriam sempre incomensuravelmente maiores se não estivesse neste grupo um jornal como o *Jornal de Notícias*, com a implantação que tem. Não vamos ser hipócritas, é disto que se trata.

Tentando voltar ao que estava a tentar dizer, temos aqui, de facto, nesta altura, depois das últimas comunicações, um conflito latente entre uma parte controlada pelo fundo de acionistas maioritários e a Comissão Executiva, e uma parte que é minoritária, porque vimos o comunicado que saiu, creio, na passada sexta-feira, se não estou enganado.

Acho que no meio disto tudo estão as pessoas e esta tem de ser a principal preocupação. Sendo eu diretor editorial e estando todos os dias relativamente tranquilo com aquilo que vamos fazer para o dia seguinte — pela capacidade e pelo talento que têm os meus jornalistas —, preocupa-me bastante que, no meio deste conflito, que nesta altura é latente, estejam as

peças, e que não haja capacidade para haver um entendimento de forma a resolver o problema mais premente das pessoas, quando o problema mais premente das pessoas é efetivamente o dos seus salários. Isto responde a uma parte da questão.

Foi aqui questionada, várias vezes, a possibilidade de interferência editorial. No jornal *O Jogo*, não houve, nem com esta nem com a anterior Administração. Para perceberem, estou no jornal *O Jogo* desde há quase um ano e meio, pois fui convidado pela anterior Administração do Global Media Group, e posso confirmar que não, nem numa circunstância, nem na outra, nunca houve interferência nenhuma em termos do projeto e das opções editoriais.

Falávamos dos danos no Grupo, e já respondi um bocadinho a isso. É evidente que, no negócio da publicidade, tudo o que possa ser má publicidade é danoso. É danoso e cria um problema.

Tendo em conta a realidade do jornal *O Jogo*, através dos *inputs* que nos são dados pela área comercial, sentimos que há vontade de investir no nosso jornal. É verdade, isto parece um bocadinho a contraciclo, mas acontece: ao longo deste ano, o jornal *O Jogo* conseguiu captar investimento importante e relevante, até diria que para o Grupo. Não é por acaso, é porque, naturalmente, a nossa marca é uma marca com credibilidade, e também é uma marca muito forte, nomeadamente na informação digital, mas também na sua implantação, naturalmente, em banca.

Portanto, tudo o que possa acontecer que trave este tipo de vontade que vamos percebendo, em função da credibilidade que temos, é obviamente danosa para o jornal *O Jogo* e tem dano importante para o Grupo.

Em termos de investimento, não vou dar aqui novidade nenhuma. Foi-nos sempre dito, ainda antes de entrarem os novos acionistas, que não vinham

para cá para pagar salários. Deduzo e acredito — atendendo à dimensão dos números que foram comunicados por estes dias, de 10 milhões de euros — que tenha sido basicamente para pagar a entrada no Grupo, a compra das participações que, entretanto, foram alienadas, daí a mudança na estrutura acionista.

Assim, de repente, não me consigo lembrar de soluções imediatas, mas há uma coisa que consigo dizer, é que há uma vontade muito grande dos trabalhadores deste Grupo para continuar a trabalhar. Nós, nesta altura, também somos um bocadinho investidores. Todos os dias colocámos os títulos em banca. Por mais pernicioso que isto seja, até à semana passada, porque não eram liquidadas as remunerações dos nossos colaboradores externos, tivemos de fazer, naturalmente, um esforço suplementar. Os jornais saíram na mesma, continuámos no mesmo fluxo informativo, mas, naturalmente, é difícil.

Volto à minha primeira intervenção: é muito difícil pedir mais a quem dá tanto. Temos de ter todos noção disto. É muito difícil. Isto não é pouco importante nem é retórica: é muito difícil pedir mais a quem dá tanto. E, por vezes, nós não temos conhecimento daquilo que as pessoas dão. É muito!

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — Tem agora a palavra o Bruno Mateus, da *Dinheiro Vivo*.

O Sr. **Bruno Mateus**: — Muitas das questões ficaram respondidas pela Inês Cardoso, pela Rosália Amorim e pelo Vítor Santos, e seria difícil tocar em todas.

Destaco e vou pegar em quatro pontos que considero essenciais. Um deles, que foi questionado por vós, tem que ver com o investimento e com aquilo que pode ser o futuro ou não das marcas. Não somos os únicos diretores

demissionários. Há mais pessoas que estão demissionárias ou há mais direções que se perdem. Um dos diretores que está demissionário, que também é diretor adjunto do *JN*, é simultaneamente diretor editorial digital, portanto, tem outras competências e tem uma outra direção a seu cargo, que fica sem diretor — exerce essa função como todos nós, até que haja uma outra solução do Grupo.

Quanto ao diretor de inovação, considero que a inovação é estratégica para o futuro de qualquer grupo de comunicação social, e é estratégica para o nosso Grupo. Perder a nossa direção de inovação — que é aquilo que está a acontecer também, pela saída do seu diretor e de muitas das pessoas desta equipa — faz com que também não haja um futuro a ser desenhado.

Qual é a estratégia que existe? Faz parte de uma direção de inovação ajudar a desenhar estratégias. Talvez a ausência, nas administrações das empresas, de alguém que pense no digital seja um dos pontos principais numa estrutura de *governance*, porque que nos leva, depois, a perder mercado. Porque hoje temos de fazer uma transição para o digital e a ação tem de ser assente em estratégia, tem de se conhecer o mercado e tem de se perceber quais são as nossas linhas orientadoras e quais são os nossos caminhos. Aquilo que acontece é que uma direção de inovação vai dar suporte a estas administrações, mas também vai procurar soluções no mercado que sejam, de facto, inovadoras e que tragam um *apport* para as nossas marcas que permita que tenham futuro.

Aquilo a que temos vindo a assistir é ao desinvestimento digital, de que algumas questões já foram aqui enumeradas, tais como as falhas técnicas ou os *sites* que não tiveram atualização durante algum tempo. Em plena Web Summit fizemos um investimento — porque somos *media partners* económicos da Web Summit — e ficámos sem vídeo quando estávamos a fazer diretos a partir da Web Summit. Não os conseguimos fazer e tivemos de

contornar a situação de uma forma criativa, principalmente, lá está, para não perdermos o nosso compromisso com o leitor.

Nesta transição dos *sites*, também me preocupa o arquivo digital. Temos vindo a falar do arquivo histórico, em papel, e, sim, temos de o preservar, temos de dar condições para que as pessoas tenham acesso ao arquivo em papel, para que ele seja consultável e para que não se perca a memória histórica, não se perca o trabalho jornalístico e o peso que tem na sociedade.

Mas o arquivo digital, hoje, deveria ser uma preocupação destes grupos e uma preocupação do poder político, nomeadamente legislativo, para assegurar que haja leis e que haja forma de garantir que o arquivo digital não é destruído. Estamos a falar de arquivos que vêm desde 1995 ou 1996, e não há garantia nenhuma da sua continuidade. Qualquer transição dos *sites* é uma preocupação nossa, dos diretores editoriais, para tentar garantir isso, e não deveria ser assim. Deveria existir legislação, as administrações deviam estar cientes das perdas que isso constitui e deveria pugnar-se pela sua manutenção e disponibilidade pública.

Rapidamente, passando ao ponto 2, que tem que ver com a paz social, uma questão que colocámos na penúltima reunião que tivemos com a Administração: o foi pedido por nós, diretores editoriais, foi que a Administração contribuísse para uma paz social, para que os trabalhadores pudessem trabalhar efetivamente, não estando sujeitos a pressões que não sejam as pressões do seu próprio trabalho, as pressões da seriedade e da responsabilidade de representarem as suas funções.

Numa reunião posterior, a Administração garantiu o fim dos comunicados e que também iria contribuir para esta paz social, mas aquilo

que temos vindo a ver é que isso não acontece, e tudo isso coloca a tal pressão sobre os trabalhadores.

Creio que as lideranças são responsáveis por empatia e as administrações são responsáveis por uma gestão humanizada. Isso é uma prerrogativa que eles devem ter consciência que deve ser cumprida e que tem uma consequência grave, que é a desvalorização das marcas, a desvalorização das direções editoriais e, por conseguinte, do trabalho que é feito nas redações. Muito claramente, as comissões de trabalhadores, os representantes sindicais, os conselhos editoriais têm tentado, de todas as formas, questionar a Administração — e têm questionado as direções —, para obterem respostas sérias e caminhos para o futuro.

O terceiro ponto — e vou terminar, pois só faltam dois pontos — é sobre a responsabilidade dos acionistas. É muito importante não nos esquecermos da responsabilidade dos acionistas. Aquilo que estamos a ver hoje, nesta Casa da democracia, é também o escrutínio que o poder público pode fazer em relação aos que têm responsabilidades acrescidas, como os órgãos de comunicação social, não se imiscuindo, naturalmente, nas linhas editoriais e na responsabilidade de gestão das empresas, mas, sim, tentando procurar soluções para problemas que hoje são mais do que evidentes.

A questão da responsabilidade dos acionistas deve ser colocada neste momento, porque, apesar de termos uma Administração, ela representa, aparentemente, o maior acionista. Onde estão os outros acionistas? De que forma é que os outros acionistas, que são donos de participações grandes e que também têm o seu património e o seu investimento feito — e acreditamos que não queiram ver destruído o seu património e estas marcas históricas — podem assumir uma posição de responsabilidade social? É preciso que eles se pronunciem.

Por isso, também creio que Marco Galinha estará aqui presente, sendo que, quando ele aqui estiver, lhe poderão colocar diretamente muitas das questões a que nós não podemos responder. Mesmo Domingos Andrade, na qualidade de administrador do antigo Conselho Executivo, poderá tentar responder a algumas destas questões.

O último ponto, para terminar, tem que ver com as contas. Fazíamos — e deixámos de fazer com esta nova Administração — reuniões regulares, onde eram discutidas as contas, marca a marca, para termos a noção de que forma é que os objetivos estavam a ser cumpridos. Conseguíamos perceber que o mercado não estava a responder da mesma maneira, por exemplo, do que no ano passado, pois estávamos a ter perdas.

Para algumas marcas essas perdas ainda não eram, como disse a Inês Cardoso em relação ao *Jornal de Notícias* e o Vítor em relação ao jornal *O Jogo*, e em relação...

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — Peço desculpa, não perca a noção do que quer dizer, mas se conseguir ser um bocadinho mais sintético...

O Sr. **Bruno Mateus**: — Sim, certo, Sr.^a Presidente, termino já.

Em relação ao *Dinheiro Vivo*, nós temos uma noção de que como a equipa está muito diminuída, aquilo que acontece é que não temos prejuízo. Portanto, poderemos fazer algum investimento.

Queria dizer que, quando entra um novo acionista e esse acionista desconhece as condições financeiras de uma empresa, tenho sérias reservas em acreditar que mudem assim tão rapidamente nestes três ou quatro meses. Isto porque tínhamos algum conhecimento, porque o mercado conhece e porque este mercado — o mercado do jornalismo — é muito difícil.

Para terminar, digo só mais uma coisa: é muito difícil, porque temos de estar constantemente a encontrar formas de monetizar, porque temos vindo a perder mercado naquilo que é o papel, naquilo que é a rádio tradicional. Na televisão ainda se vai conseguindo angariar algumas receitas, mas o nosso Grupo não tem uma televisão.

A verdade é que o mercado do jornalismo é muito particular, é muito complexo, tem responsabilidades muito grandes perante a sociedade e a sociedade exige que elas sejam respeitadas. Portanto, volto só ao ponto inicial: tem de haver um plano estratégico, tem de haver inovação, o que nunca nos foi apresentado neste sentido.

A Sr.^a **Presidente** (Rosário Gambôa): — Para terminarmos esta primeira ronda, vou devolver a palavra a quem fez este requerimento, ao Partido Comunista Português.

Pausa.

Peço desculpa, li mal o conteúdo da grelha. Pergunto aos diferentes grupos parlamentares se entendem que deve existir segunda ronda?

Pausa.

Então, não havendo lugar a segunda ronda, vamos dar por terminada esta audição. Faremos um intervalo de três minutos para, depois, iniciarmos a segunda fase da nossa reunião e podermo-nos despedir dos nossos convidados.

Eram 10 horas e 15 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.